A BATALHA

DIARIO DA MANHÃ

Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA

Propriedade da Confederação Geral do Trabalho

Editor—Carlos Maria Coelho

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO V—Número 1.599

Quarta-feira, 13 de Fevereiro de 1924

PREÇO — 20 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia
Calçada do Combro, 38-A, 2.º ◇ Lisboa — PORTUGAL

TELEFONE—5339-C

Oficinas de impressão—Rua da Atalaia, 114 e 116

O Progresso não pode realisar-se sem Liberdade. A ditadura, atentando contra a Liberdade, é um agente de retrocesso

PELA LIBERDADE CONTRA A TIRANIA!

Ha neste momento em Portugal quem medite dar, sôbre o corpo esquelético do povo, um sanguinário salto de tigre!
A podridão atrai os corvos e os abutres. Aves agourentas pairam no ambiente prontas a descer sôbre o país moribundo.
O abutre é veloz no seu vôo e rápido na descida sobre a sua prêsa. O horizonte está toldado pela sombra das aves de rapina.
O bando é pequeno, mas voraz. E' preciso afugentá-lo com decisão, porque já anda perto e baixo.
A vida do povo resume-se agora em dois instantes:

O de desânimo, que é a morte; o de revolta, que é a vida na sua exuberância máxima

O povo tem de decidir-se por um desses dois instantes:

De um nascerá a férrea Tirania; de outro, a rutilante Liberdade!

CONTRA A DITADURA

Tôdas as consciências livres devem preparar-se para resistir à ameaça da violência e do crime

A reacção militarista desencadeada pela guerra, a exalção mirifica do supremo poder da fôrça bruta, exaltou diabolicamente meia dúzia de cabeças e animou meia dúzia de durindanas que por uma questão de conservação pessoal, prudentemente se abstiveram de luzir na Flandres ou nas plagas africanas. Como os gatos que delatam na sombra as pupilas assim estão as ambições de muitos imbecis que na sombra espreitam ocasião para espesinhar todos os que amam a liberdade.

Os ditadores veem, aos cardumes de todos os lados. Há-os que filharam politicamente e semestralmente se põem a leilão rendendo-se a maior lance; ha-os que desejam passar das emoções da roleta às emoções do poder há os que querem sair da chavena de café do Martinho, para beber o sangue ao país, no Terreiro de Paço; há os que veem do crime e que querem arredar a penitenciária transformando-se em perseguidores e inquisidores; há os que mostram os dentes em sorrisos duma requebrada feminilidade; desde os que manejam os sonetos aos que manejam as navalhas. São como dissemos aos cardumes. Há famílias inteiras pelejando num palpite pela ditadura como pelejavam nos cambistas pela vinda da «sorte grande». Ridículos, uns; imbecis outros; ambiciosos, todos. Uns são monárquicos por dentro e republicanos por fora, outros são republicanos por dentro e monárquicos por fora. Outros nem são republicanos, nem monárquicos. São apetites em perspectiva de grande banquete. Há os que teem faro como os cães, manha como as rapozas, agilidade como os macacos. Doidos, doidos maus, almas tôrvas, crassas bestialidades, todos êles teem uma idea cómica, uma obcessão única.

A ditadura tornou-se o ideal dos cobardes e dos assassinos. Querem matar, mas à sombra da lei e com todo o confôrto do orçamento do Estado. Esses ditadores em candidatura não estão, como se julga dispostos a jogar a vida pela implantação da ditadura. Jogam pela ditadura a vida dos outros. Se vencerem, vencerão com sangue alheio e depois fazem correr, impiedosamente o sangue dos vencidos.

A ditadura confia no exército; confia na inconsciência de pobres diabos roubados à vida rural, arrancados do ar puro dos campos e das serras e envolvidos bruscamente na atmosfara deletéria das casernas.

E' na ignorância e na obediência cega que ela gera que confiam.

Essa ignorância está amontoada nas casernas e sabe manejar as espingardas. O analfabetismo dêsses soldados tenta os sequiosos da ditadura. O processo é clássico. Embrutece-se o povo para conseguir que êle dispare contra o povo. O processo é clássico e revela a cerebração monstruosa dos que manejam a idea da ditadura.

A audácia dos seus partidários atingiu o supremo limite. Já hoje se ousa dizer, nas colunas dos jornais que se deseja a ditadura. Se os moldes em que ela deve assentar não estão ainda definidos não é por falta de audácia. E' por falta de ideas próprias. Fala-se no Mussolini, fala-se no Rivera—mas não diz concretamente que iniciativas, que medidas se vão tomar nêsse período de crime que se premedita. As ideas dos partidários da ditadura não vão além do curso livre dos maus instintos.

Pega-se na imprensa amordaça-se. De sentinela uma censura militar.

Os sindicatos operários, encerram-se. A C. G. T. dissolve-se. Os militantes operários entram na cadeia de passagem para a costa de Africa. Se operários se lançarem numa greve cercam-nos de tropa, disparam, agridem, ferem, prendem, matam. Desaparece por um decreto a questão social. Os operários teem de se curvar aos patrões e os patrões deixam cair livremente, cinicamente, sôbre os operários, a cinza dos charutos e o pêso afrontoso do sua infinita exploração.

Os direitos da inteligência, suprimem-se. Quem fôr inteligente ou é pela ditadura ou não come mão e perde a liberdade. A liberdade de reünião suprime-se e tôdas as reüniões que não queimem incenso pela ditadura, dissolvem-se pela violência. A liberdade do pensamento cessa. Ou se pensa favorávelmente à ditadura ou se não pensa. Haverá quem tenha a veleidade de pensar contra a ditadura? Cadeia.

Esta é a parte clássica do programa. Prisões cheias, lares na desolação, no sofrimento e na miséria. O terror governando todos — e todos sofrendo o terror.

Contra êste crime devem, sem demora, erguer-se, a protestar todos os que não teem alma de escravo, e que não estão dispostos a oferecer o seu sangue, a sua liberdade e a sua vida, às ambições torvas dos degenerados e dos aviltados que preparam a ditadura.

ANTE A AMEAÇA!

A C. G. T.

dirige-se ao proletariado do país

CAMARADAS:

Tendo o Conselho Confederal da Confederação Geral do Trabalho, na sua reunião de ontem apreciado o grave perigo que impende sôbre a Liberdade do povo trabalhador, em virtude dos manejos reaccionarios dum grupo de aventureiros que pretende estabelecer uma ditadura odiosa, e reconhecendo indispensável o mais vibrante e decisivo protesto para evitar o traiçoeiro atentado, resolveu que o Comité Confederal fizesse, para êsse efeito, o chamamento imediato de tôda a classe trabalhadora.

Em harmonia com as resoluções do Conselho, o Comité Confederal apressa-se a fazer sentir a todos os organismos operários a necessidade de se prepararem e de estarem atentos para agir com a energia e a decisão que as circunstâncias exigirem.

O COMITÉ CONFEDERAL

A GREVE DE CEZIMBRA

Salvemos das inclemências os filhos dos grevistas!

Uma calúnia vilíssima dos armadores!

Continua a heróica resistência dos marítimos de Cezimbra contra os armadores que manteem ferozmente o seu propósito de lhes negar a justiça das modestíssimas reclamações que formularam.

Não contentes em pretender reduzir pela fome o justo movimento dos seus explorados ainda pretendem embaraçá-lo e aniquilá-lo com manejos vis e calúnias. O gesto de solidariedade que o proletariado ia prestar aos seus irmãos de Cezimbra, desconcertou-os e aterrou-os momentâneamente. Saídos que foram da desagradável surpreza que essa bela atitude do proletariado lhes causou imaginaram um ardil para neutralizar os seus poderosos e eficazes efeitos. Se o pensaram, melhor o executaram.

Os armadores andaram espalhando insistentemente por Cezimbra que a Federação Marítima esperava as crianças dos pescadores em Lisboa, para se servir delas como seguro instrumento capaz de sentimentalizar a população desta cidade. Os armadores não trepidaram um momento em espalhar a torpe calúnia de que a Federação Marítima faria as crianças, percorrer as ruas de Lisboa, pedindo esmola para sustento movimento em que os seus pais se lançaram.

A Federação Marítima, como de resto tôdas as organizações proletárias sempre se manifestaram contrárias a semelhantes processos. Pretendeu-se e pretende-se ainda à semelhança do que se fez com as crianças de Aljustrel, da Covilhã e de São Pedro da Cova, auxiliar os grevistas cuidando-lhe carinhosamente os filhos.

Os camaradas que tomaram conta dos filhos dos marítimos de Cezimbra, tratá-los-hão com o carinho igual ao que tratariam os seus próprios filhos.

Pretende-se poupar as crianças às inclemências que mau grado a vontade dos pais terão de suportar devido às circunstâncias econômicas em que se encontram. Este gesto além de ser uma manifestação de humano sentimento é também um gesto de solidariedade prestado pelos proletários conscientes, aos seus irmãos em sofrimento, os marítimos de Cezimbra.

Os armadores que são criaturas completamente destituídas de escrúpulos não hesitaram em malsinar as intenções dêste nobre gesto. Mostraram com a sua calúnia que são também destituídos de sentimentos de humanidade pois desejam que as crianças não deixem de passar as maiores privações afim delas com os seus sofrimentos quebrantarem a resistência dos pais para que êstes ponham fim ao movimento.

Nenhum resultado, porém, hão de obter com a sua indigna manobra.

Os armadores andam também procurando lançar no desânimo as mulheres dos grevistas insinuando-lhes de que os seus companheiros não se retomarem, dentro em breve o trabalho, ficarão irremediavelmente perdidos.

Entre outros, ofereceram-se para tomar conta das crianças de Cezimbra os seguintes camaradas:

Clarimundo de Aguiar, António Henriques, Eduardo de Aguiar, João Manso, José Pedro, Manuel Marques, Mário Correia da Silva, José Soares, Júlio Dias Afonso, Francisco Rodrigues Loureiro, Manuel de Assunção Correia, José Jesus Gabriel, Reinaldo Ferreira.

A Cooperativa dos Catraeiros do Pôrto de Lisboa põe os seus «gasolinas» à disposição da Federação Marítima para transporte das crianças e para os delegados dos organismos que as desejem ir esperar a Almada. O transporte das crianças de Cezimbra para Almada será feito em *camions*.

Em Cezimbra, um *chauffeur* tomou duas crianças a seu cargo e um estofador contribui tôdas as semanas com um dia de trabalho para os grevistas.

CAMPEIA A IMORALIDADE

Os serviços do Estado

Ainda o sr. Câmara Pestana — O ministro da Agricultura processa "A Batalha" por ter publicado verdades

Ainda a propósito das referências feitas ao sr. Câmara Pestana, temos hoje bastante que dizer. Depositando confiança nas pessoas que nos procuraram, prontificámo-nos antes de colher o resultado de mais profundas investigações que fizemos, a publicar um formal desmentido às nossas primitivas afirmações. Hoje, tendo nas mãos o resultado dessas investigações, verificamos que elas não condizem com o que os amigos do sr. Câmara Pestana nos contaram, e confirmam, mais ou menos, o que primeiro publicámos.

Eis o resultado das investigações, que publicamos sem comentários, severamente, sem paixão:

O ministério da Agricultura foi criado em fevereiro de 1918, sendo nomeado seu primeiro ministro, ou secretário de Estado, como então se chamavam estes senhores, um delegado da alta lavoura, o dr. Fernandes de Oliveira. Até à criação do ministério existia apenas a Direcção Geral da Agricultura, de que era director geral o sr. Câmara Pestana, que fazia parte do ministério do Fomento. A referida Direcção Geral tinha os seguintes serviços: agrícolas, florestais, pecuários e de crédito agrícola que até 1918 boa conta deram de si, tanto sob a Direcção do sr. Câmara Pestana como na dos seus antecessores, obra que até hoje não foi igualada nem imitada pelo ministério que foi criado e vive ainda hoje.

Nasceu, portanto, o ministério da Agricultura da desaparecida Direcção Geral da Agricultura e cujos serviços se prestaram para criar *nove* (9) direcções gerais, uma inspecção geral, uma secretaria geral e a **Inspecção de Patologia Vegetal**, onde, em Maio de 1918, foi colocado o sr. Câmara Pestana, para não ficar sob a dependência dos futuros directores, seus antigos subordinados, criando-se uma repartição para êsse fim, que foi a Inspecção de Patologia Vegetal, dando-se lhe a situação de director geral adido — que ainda hoje mantem — desempenhando as funções de inspector.

Ao serviço desta inspecção, cuja sede oficial era em Lisboa, foram desde logo postos oito funcionários, sendo quátro agrónomos, um 3.º oficial, dois aspirantes, uma dactilógrafa e um servente, quadro que constantemente era aumentado com novos funcionários que não tendo predisposições para estar na província, ou para o trabalho, eram ali colocados; não tinha o sr. Câmara Pestana a mínima responsabilidade na colocação dêste pessoal, diga-se em abono da verdade, aos quais nenhum serviço ordenava, visto não ter sido êle que solicitou tais funcionários.

Assim, desde 1918 até 1923, foram mandados *prestar serviço* para a referida inspecção, além dos funcionários já citados mais os seguintes: quatro agrónomos e 3.os oficiais, para ficarem na mesma situação dos primeiros.

O sr. Câmara Pestana ao tomar conta dos serviços, que a criação do Ministério da Agricultura lhe deu, mudou imediatamente a sua residência para o Entroncamento, levando consigo um aspirante, ficando os dois a perceberem ajudas de custo diárias e permanentes, desde Maio de 1918 a Setembro de 1923, além dos seus respectivos vencimentos; os restantes funcionários ficaram e estiveram em Lisboa a aguardar ordens, que lhe foram dadas pelo decreto n.º 4.148, que extinguiu a inspecção colocando uns adidos e outros por vários serviços.

Era missão da inspecção extinta combater os gafanhotos que, em bandos, periòdicamente invadem o alto Alentejo destruindo especialmente os trigais na primavera, e o sr. Pestana, que superiormente dirigia êste ataque—para o que tinha estabelecido o seu quartel general no Entroncamento, donde apenas se ausentava uns dias para vir passar em Cintra e Coimbra com a família,—quando necessitava de auxiliares—engenheiros agrónomos e regentes agrícolas—não se servia da prata da casa, requisitava-os a outros serviços... Havia, porém, um agrónomo, já falecido, que muitos serviços prestou na extinção dos *acrídeos*, numas minas de carvão que possuía em Leiria e numa farmácia sua em Lisboa...

O combate aos gafanhotos, desde que se deram as primeiras invasões—e já são passados muitos anos—era ordenado em Lisboa, partindo brigadas de técnicos, devidamente apetrechados, para as regiões invadidas sendo os proprietários dos terrenos obrigados ao pagamento dos materiais empregados e no fornecimento do pessoal auxiliar para o ataque.

Depois de 1918, desde que o sr. Pestana tomou conta da extinção dos gafanhotos, passou o Estado a suportar tôdas as despesas—que atingiram umas boas dezenas de contos—, sendo estabelecida para êsse fim uma dotação orçamental que de quando em vez era reforçada pelo Parlamento.

Não criou o sr. Câmara Pestana as situações que teve de 1918 a 1923 e a que tem agora, mas aceitou-as, bem como os restantes funcionários.

Sôbre a competência técnica do sr. Câmara Pestana nada temos que dizer.

O ministro da Agricultura processa a «A Batalha»

Parece que o sr. Mário de Azevedo Gomes, não gostou que dissessemos que êle acumulava várias funções por algumas das quais recebia remuneração.

E, assim, vemos nalguns colegas uma nota oficiosa de que vamos ser chamados à responsabilidade dum facto que a própria nota confirma: o sr. Azevedo Gomes recebe os vencimentos que a lei estabelece, ou sejam os de director geral de Ensino e Fomento e dois terços dos que lhe competem como professor do Instituto de Agronomia e mais um terço das melhorias que por êste cargo lhe competiam, se não fôsse director geral. A lei é que é mal feita permitindo estas situações. Mas porque a não modifica o sr. ministro?! Não estamos em compressão de despesas?...

Que o cargo de director geral de Instrução Agrícola compete a um professor, diz a nota.

Mas o sr. Mário de Azevedo Gomes é director de Ensino e Fomento e não duma direcção que não existe.

Que os cargos de director da Estação Agrária Central e da Junta de Fomento, são cargos gratuitos e que resultam da sua função de director, também o diz a nota.

O que a nota não diz é se o sr. Azevedo Gomes desempenha tôdas estas funções extraordinárias antes das 11 e depois das 17 horas, tempo preciso para desempenhar as de director geral.

Esperamos que isto seja esclarecido em nota oficiosa, sem ameaçar.

Quanto ao processo contra *A Batalha*, instaurado pelo sr. ministro achamo-lo bem e estamos contentes. E' a maneira de dizermos as verdades de viva voz na presença dos acusados.

Tem graça! Eles é que prevaricam e nós é que vamos para o banco dos reus..

NOTAS & COMENTARIOS

Um paraíso

Segundo nos informam, no hospital de S. José, o dr. sr. Alberto Mendonça, médico militar, é uma espécie de ditador da enfermaria Lourenço da Luz. Ameaça tôda a gente e não tem para os doentes aquêle carinho que tanta vez supre a própria sciência. O pessoal é vítima das suas constantes cóleras. Um dia dêstes, a criada Maria das Dôres foi agredida pelo referido facultativo que lhe arremessou contra o peito um pezado rôlo de papel. Para quem tem de servir ou ser internado por doença, um médico assim transforma um hospital num verdadeiro paraíso...

Duplicidade?

Escreve-nos Carlos de Araújo manifestando a sua concordância com as críticas publicadas nêste jornal àcêrca do último livro de Manoel Ribeiro «Ressurreição». Pede-nos também para mencionar o seu protesto contra a atitude de Manuel Ribeiro que pretende colaborar em vários jornais integrados nas correntes revolucionárias. Afirma-nos que Manoel Ribeiro não pode harmonisar a revolução social com a igreja e que desde que renegou determinados princípios revolucionários não possui autoridade moral para colaborar em jornais que os defendem.

De aguilhão

No Entroncamento encontra-se para instrução de recrutas um destacamento de sapadores de caminho de ferro. O capitão Vilar dêsse destacamento, dá instrução militar, empunhando um aguilhão. E' fácil de prever que êsse oficial proceda cruelmente para com os soldados e não é de admirar, que há dias, um dêles fôsse agredido brutalmente com um cavalo marinho.

Os soldados, naquele destacamento, estão igualados aos bois e são como êstes tratados a aguilhão.

Este sr. capitão Vilar é mais uma demonstração frisante da bela e fraternal escola de virtudes que é o militarismo.

O câmbio

O govêrno está conseguindo grandes resultados com o seu fenomenal plano compressivo de despezas. Conseguiu arrancar do parlamento uma autorização para comprimir à vontadinha e de tal modo o faz que já nomeou a pretexto da inspeção de câmbios, novos funcionários. E enquanto aumentam os funcionários da inspeção de câmbios, a libra pula loucamente, subindo de 149 escudos.

E ainda haverá quem acredite em medidas salvadoras de governos sejam democráticos, nacionalistas, monárquicos ou... Alvaro de Castro?

MAGISTER DIXIT

Com a descida da libra coincide o acréscimo da carestia do pão e dos artigos de 1.ª necessidade

Para grandes males grandes remédios — Duas :-: receitas num pé só e agite quando usar :-:

Pela minha revolta perfeitamente justificada, avalio bem a revolta de tantos milhares doutros chefes de família que se encontram nas minhas circunstâncias e ainda a revolta daqueles cuja existência é ainda mais insuportável que a minha.

De conformidade com a lei, ainda em vigôr, criaram-se dois tipos de pão inferior e um outro tipo denominado de luxo.

Havia, por conseguinte, um tipo, que era o mais inferior de todos e que se vendia à razão de catorze tostões o quilo, escandalosamente roubado no peso, além de ser intragável.

O outro tipo, a dezoito tostões, na padaria, ainda se mantém e, exceptuando o tal tipo de luxo, é o único que se encontra à venda.

Fala-se agora na criação dum tipo único, o qual, a julgar pelos precedentes, será uma verdadeira mixórdia semelhante ao pão de terceira que se tem fabricado e com o qual se tem enriquecido a Moagem, envenenado e roubado, ao mesmo tempo, a população de Lisboa.

¿Qual será, porém, o preço dêsse tipo único, em projecto, mas que, seguramente, teremos que suportar, mais dia menos dia?

Adoptado ou permitido êsse novo tipo único de pão, é dos livros que não tardará muito que êle seja de tal raça que não possa tragar-se.

Assim, pois, e vendido por um preço exorbitante e tam depressa a manigância seja consumada, imediatamente se voltará ao regime anterior dos dois ou três tipos de pão, com a diferença que o pão de segunda, pior que o actual, será vendido por um preço muito superior ao da actualidade.

Não quero nem devo atribuir à República mas tam sòmente a determinados, conhecidos e numerosos homens públicos dêste regime o estado actual de cousas, verdadeiramente monstruoso e canibalesco, no que diz respeito à carestia da vida.

Os apóstolos dêste regime *manqué*, êsses que ainda aí estão e andaram numa roda viva pelos comícios doutrora proclamando a excelência da República sôbre a crápula monárquica—como êles diziam—que metam as mãos na consciência e digam se isto é Democracia, se isto é República, se isto é tolerável ou admissível e pode suportar-se, por mais tempo, a sangue frio e sem revolta.

Matéria prima magnífica para se fazer dêle um povo de primeira grandeza, o povo português, desorientado, traído, lançado na mais superlativa miséria moral e material a que um povo pode chegar, para tudo perder, até do próprio instinto de conservação abdicou.

Pois é preciso que não abdique por mais tempo do seu direito à vida.

Para lho dizer e fazer sentir estou aqui, nesta tribuna, no pleno exercício do meu direito, sem a mais leve preocupação pelas conseqüências que eu haja de sofrer por causa desta minha atitude.

Estou aqui sem ódio a pessôas mas, em grande parte pelo prestígio da república que ajudei a implantar, sem barulho nem espalhafatos.

O que pretendo?

Chamar o povo à realidade. Convencê-lo da imediata necessidade de revoltar-se, enérgicamente, contra os audaciosos, de cima, que dão causa à minha revolta e ao mal geral, de todos.

Estou aqui e não estou só.

Estou como o sr. António José de Almeida e faço minhas, em parte, as suas palavras seguintes que transcrevo da *Alma Nacional*, n.º 25, que tenho à vista e fôram firmados pelo punho de sua excelência.

Vejamos o que, por muito menos e noutras circunstâncias muito mais suportáveis que são as da actualidade escreveu o eminente tribuno e ex-chefe do Estado no sobredito jornal e vem a ser um récipe de mestre, num caso grave em que é mister recorrer aos mais enérgicos agentes de terapêutica social.

Vejamos a receita do mestre.

Vejamos a receita do médico.

«Há um meio de acabar ou pelo menos de atenuar êste estado de exploração capitalista. E' prègar a revolta no meio das vítimas, para que elas se insubordinem. O apêlo aos patrões não dá resultado. Eles são avaros e duros. Para êles mais vale um dólar que a vida dum cento de operários que trabalham nas suas fábricas e lenta mas persistentemente os estão enriquecendo. Pedir-lhes humanidade é perder tempo, sem resultado. O mais prático é não ligar importância aos carrascos e favorecer a revolta das vítimas.»

E o inflamado tribuno concluíndo, foi mais longe do que eu pretendo ir e acrescentou:

«Meia dúzia de fábricas que fôssem pelos ares e uma greve monstro que paralisasse o trabalho, de um momento para o outro, seria um remédio eficaz. E um remédio santo.»

Magister dixit!

Disse o o mestre.

E o mestre é médico, sabedor da poda.

Qual tipo único, nem qual carapuça!

Estamos fartos dessa e outras androminas.

Para o tipo único de maus portugueses e desumanas criaturas que aviltam a Democracia e a Nação e preparam a entrega desta às ambições externas, não há outro recurso, outra defesa, outro remédio mais eficaz e oportuno que uma lição mestra e única, uma **corrida única** e de tal magnitude que nunca mais possam ter vontade de causar perda ou dano a quem quere que seja.

Uma **lição única** é que essa gente precisa e já é bem tempo de lha dar, de tal maneira e tam exemplaríssima e enérgica que a república nunca mais possa servir-lhes de gazua e bacamarte contra as fôrças produtoras da Nação e aqueles que a servem ou desejam servi-la como ela necessita, tanto quanto o povo deseja e necessita respirar e viver com mais algum desafôgo, o que depende apenas da sua vontade e de se resolver, finalmente, a tornar-se respeitado.

Senão não.

E, caso não, queixe-se de si próprio e de mais ninguém, peça a Deus que o leve e ao Diabo que o carregue.

José BENEDY

Os telégrafo-postais

Foi suspensa a greve passiva

Foi suspensa provisòriamente a greve passiva nos Correios e Telégrafos por o ministro do Comércio ter assumido o compromisso de atender as reclamações da classe.

O titular da pasta do comércio afirmou que àmanhã requerará no parlamento urgência na discussão das bases e que entretanto mandará elaborar o decreto da actualisação de categorias e vencimentos.

A suspensão da greve passiva é, como acima o dissemos, provisória. Ela renascerá se porventura o govêrno e o parlamento em vez de atenderem as reclamações da classe protelarem injustificadamente a resolução do assunto.

A Comissão Central de Resistência apela para a classe a fim de que esta normalise ràpidamente os serviços que se encontrem atrasados.

A normalisação dos serviços nos telégrafos ainda ontem se não fez sentir devido às linhas se encontrarem avariadas pelo temporal.

TRABALHADORES: Lêde A BATALHA